



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

**TERMO DE REFERÊNCIA – SRP
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO**

FORNECIMENTO DE 774.500 MUDAS DE CAJUEIRO ANÃO PRECOCE, NO QUAL ESTARÁ INCLUSO O CADASTRO E SELEÇÃO DE AGRICULTORES, AQUISIÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS, COM POSTERIOR AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF/7ªSR POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

SETEMBRO/2023



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	4
3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	5
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE	5
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	6
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	6
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	7
8. PROPOSTA.....	8
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	8
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA	9
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	9
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	9
13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	10
14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	9
15. MULTAS	10
16. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	12
17. FISCALIZAÇÃO.....	13
18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	14
19. OBRIGAÇÕES DO(A)FORNECEDOR(A).....	14
20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	15
21. GARANTIA DOS MATERIAIS	15
22. MATRIZ DE RISCO	15
23. CONDIÇÕES GERAIS	16
24. ANEXOS	16



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Objeto deste certame é o Registro de Preços, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, para o fornecimento de 774.500 Mudras de Cajueiro Anão Precoce, no qual estará incluso o cadastro e seleção de agricultores, aquisição, transporte e distribuição de mudras de cajueiro anão precoce, com posterior avaliação de resultados.

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	COTA DECRETO	UN
1	606457	Mudras de Cajueiro Anão Precoce enxertado, provenientes de um viveiro idôneo, com certificação para produção de mudras/sementes, emitido pelo órgão responsável; Altura mínima do caule (porta enxerto + enxerto) de 15 cm; Possuir no mínimo 02 (duas) folhas adultas ou um total de 06 (seis) folhas; Boas condições fitossanitárias (sem vestígios de doenças fúngicas, pragas ou injúrias); A enxertia de garfagem lateral deverá ter no mínimo 30 dias de ocorrência; A variedade ou tipo da planta deverão estar expressos na Nota de Venda (Ex.: CCP 76). Atendendo que estará incluso o cadastro, seleção de agricultores, transporte e distribuição, com posterior avaliação de resultados. Conforme descrito nas especificações técnicas	Principal	unid
2	606457	Mudras de Cajueiro Anão Precoce enxertado, provenientes de um viveiro idôneo, com certificação para produção de mudras/sementes, emitido pelo órgão responsável; Altura mínima do caule (porta enxerto + enxerto) de 15 cm; Possuir no mínimo 02 (duas) folhas adultas ou um total de 06 (seis) folhas; Boas condições fitossanitárias (sem vestígios de doenças fúngicas, pragas ou injúrias); A enxertia de garfagem lateral deverá ter no mínimo 30 dias de ocorrência; A variedade ou tipo da planta deverão estar expressos na Nota de Venda (Ex.: CCP 76). Atendendo que estará incluso o cadastro, seleção de agricultores, transporte e distribuição, com posterior avaliação de resultados. Conforme descrito nas especificações técnicas	Reserva-ME/EPP	unid



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

1.1.1 A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

- a) O Item 1 é aberto para participação de todas as empresas.
- b) O Item 2 é cota de até 25%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Decreto 8.538/15, art. 8º);

1.1.2 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.4 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do(a) fornecedor(a) e do demandante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos das mudas, objetos deste Termo de Referência.

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Teresina - PI, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.gov.br/compras.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.gov.br/compras.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ORDEM DE FORNECIMENTO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que vincula as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos, conforme estabelecido no edital e seus anexos.

FORNECEDOR(A) – Empresa licitante selecionada como FORNECEDOR(A) pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos bens a serem fornecidos, condições ou requisitos exigíveis para produtos e materiais fabricados.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO OU EQUIVALENTE – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.gov.br/compras.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 3.1. Forma de Realização: Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores www.gov.br/compras.
- 3.2. Órgão gerenciador: Codevasf/7ªSR – UASG nº 195012.
- 3.3. Modo de Disputa: Aberto.
- 3.4. Valor Estimado: Público.
- 3.5. Critério de Julgamento: Menor Preço, Art. 7º Decreto 10.024/2019.
- 3.6. Forma de Fornecimento: Parcelado.

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

4.1. As mudas de cajueiro, objeto desta licitação, depois de contratados pela 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, deverão ser entregues, em horário comercial, das 08:00 às 11:00 h e das 14:00 às 17:00 h, em dias úteis, nas cidades constantes da Ordem de Fornecimento, no Estado do Piauí;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

4.2. O meio de transporte e o acondicionamento dos bens devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e viabilidade das mudas. Todas as partes sujeitas a avarias, vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados;

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1. O objeto do presente pregão compreende cadastramento de agricultores, seleção dos beneficiários, Fornecimento, carga, transporte e descarga de 774.500 (setecentos e setenta e quatro mil e quinhentas) mudas de cajueiro anão precoce enxertado para atender diversos municípios na área abrangência da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado do Piauí;
- 5.2. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexo II deste Termo de Referência, que deverá ser observado criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3. A Codevasf não dispõe, no local da entrega, nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga das mudas a serem adquiridas, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir, caso possível por parte desta, o acompanhamento do recebimento das mudas a serem entregues.
- 5.4. A descarga dos clones nos locais de destino é de responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.
- 5.5. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.6. Todo o transporte deve ser acompanhado pelo fornecedor que deverá manter um técnico no período das entregas para acompanhar junto com a fiscalização da Codevasf a descarga dos itens a serem fornecidos objeto deste Termo de Referência, bem como realizar junto com a fiscalização a conferência, recebimento dos clones verificação de possíveis avarias (mudas inservíveis ou quebradas, sacos rasgados etc).
- 5.7. Todo carregamento deverá ser acompanhando dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.8. Os custos do técnico (transporte, hospedagem, diárias e deslocamentos), caso se aplique, serão por conta do fornecedor.
- 5.9. Antes do embarque dos clones, o licitante vencedor poderá convocar a CODEVASF para inspeção, com antecedência mínima de 15 dias, para aceitar e verificar a qualidade dos mesmos, mas, a aceitação final dar-se-á apenas após o recebimento definitivo no local da entrega, descarga e armazenamento.
- 5.10. Custo com a equipe de inspeção da Codevasf não deverá fazer parte da composição dos custos dos fornecimentos, sendo essa despesa de exclusiva competência da contratante.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

6.1.1 Os licitantes só poderão apresentar proposta contemplando o valor global, discriminado na Planilha de Quantidades e Preços Orçados e nas Especificações Técnicas – Anexo II deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

6.1.2 As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.2. COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO

6.2.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativa/Associação, considerando a característica da atividade de produção de mudas, composta principalmente por pequenos e médios viveiristas, normalmente organizados em Associações ou cooperativas.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo de Referência.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

6.5. CONSÓRCIO

6.5.1. Não será permitida a participação de consórcio.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes na entrega.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão entregues as Mudas correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas desse termo de referência ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização da CODEVASF, em Teresina, no estado do Piauí, nos telefones: (86)3215-0120 ou (86) 3215-0125.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

8. PROPOSTA

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor/viveirista;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados, preferencialmente na língua portuguesa;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os clones e serviços, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras.
- d) Certificação para produção de mudas emitida por Órgão Responsável (**REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS - RENASEM**), em nome da licitante ou Técnico responsável da empresa.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos clones, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.3. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.2.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos clones, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem clones dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

9.2.3. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos, preferencialmente em língua portuguesa:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de fornecimento de similares ao objeto da licitação;
- b) Consideram-se fornecimentos similares: fornecimento de materiais de mesma complexidade tecnológica, finalidade ou pertencente ao mesmo setor produtivo, como mudas de plantas frutíferas, mudas de espécies nativas e exóticas, entre outros;
- c) A comprovação da experiência deverá demonstrar fornecimento similar de no mínimo 30 % do quantitativo do item da licitação a que estiver concorrendo;
- d) É permitido ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em seu nome;
- e) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos clones. No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **R\$ 4.995.525,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais)**, cotados no mês de setembro de 2023, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste Termo de Referência.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1. O prazo de validade dos preços apresentados é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços..

11.2. O prazo para vigência da ordem de fornecimento será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Fornecimento (OF), podendo esta vigência ser prorrogada por igual período.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente, e de acordo com o cumprimento dos seguinte evento:

- a) 100% (cem por cento) após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para esta tarefa.

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data do atesto da fiscalização até o envio da ordem bancária.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços ofertados em Ata serão fixos e irreajustáveis. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (Codevasf) promover negociações junto às licitantes participantes, observadas as disposições do Capítulo VIII do Decreto n.º 7.892/2013.

14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1 Caso ocorra assinatura do contrato (ou instrumento equivalente), os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor da ordem de fornecimento a ser reajustado

“I1” é o IPCA/IBGE correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o IPCA/IBGE correspondente ao mês de apresentação da Proposta

14.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.1.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.1.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15. MULTAS

15.1 Nos casos de inexecução total da Ordem de Fornecimento (OF), por culpa exclusiva da FORNECEDOR(A), cabe a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da(s) ordem(ns) de fornecimento, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

15.2 Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da FORNECEDOR(A), será cobrada multa de até 20% (vinte por cento) do valor da parte não executada, sem prejuízo da responsabilidade civil e demais sanções administrativas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

15.3 Nos casos de atrasos na execução dos fornecimentos descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais (Ordem de Fornecimento) e editalícias, por conta exclusiva do(a) FORNECEDOR(A), aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor do objeto da ordem de fornecimento atualizado.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada ao FORNECEDOR(A), através de comunicação formal do fiscal	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos.	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo da ordem de fornecimento ou aditado.	04

15.4 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, o(a) FORNECEDOR(A) ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.5 As multas aplicadas não poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão do artigo 141, alínea “b” do RILC.

15.6 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- A multa será descontada do valor do faturamento do FORNECEDOR(A);
- Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor do faturamento, responderá o(a) fornecedor(a) pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, o(a) FORNECEDOR(A) será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- Não havendo qualquer importância a ser recebida pelo(a) FORNECEDOR(A), esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – GRA/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

15.7 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

Codevasf. Ouvida a fiscalização, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

15.8 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da CODEVASF, que poderá relevar ou não a multa.

15.9 Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

15.10 Caso a Autoridade Competente da CODEVASF mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

16. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

16.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, o(a) FORNECEDOR(A) requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

16.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do(a) fornecedor(a);
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O(A) fornecedor(a) é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ordem de fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

16.2.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

16.2.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto da ordem de fornecimento correm por conta do(a) fornecedor(a).

16.2.3. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com a ordem de fornecimento.

16.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que o(a) FORNECEDOR(A), às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os clones rejeitados.

16.4. O(A) FORNECEDOR(A) entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e

16.5. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto constante na ordem de fornecimento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

16.6. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1. A gestão da ordem de fornecimento, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando a ordem de fornecimento e demais documentos pertinentes.

17.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução da ordem de fornecimento, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante o(a) FORNECEDOR(A), inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com a ordem de fornecimento, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já o(a) FORNECEDOR(A) a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos da ordem de fornecimento, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas, responsável pela execução do pactuado.

17.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade quanto a execução da ordem de fornecimento. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.6. Das decisões da Fiscalização poderá o(a) FORNECEDOR(A) recorrer à Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Codevasf, responsável pelo acompanhamento da ordem de fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

17.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá o(a) FORNECEDOR(A) da integral responsabilidade pela execução do objeto da ordem de fornecimento.

17.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

17.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ordem de fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010.

18.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

18.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

18.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

18.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

18.6. O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

18.7. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da emissão da ordem de fornecimento, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

18.8. Caso o(a) FORNECEDOR(A) seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitua as exigências do item 18.6 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

19. OBRIGAÇÕES DO(A) FORNECEDOR(A)

19.1. O(A) FORNECEDOR(A) deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

19.2. O(A) FORNECEDOR(A) deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da Lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 20.1. Exigir do(a) FORNECEDOR(A) o cumprimento integral da ordem de fornecimento.
- 20.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pelo(a) FORNECEDOR(A), através de correspondências protocoladas.
- 20.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto da ordem de fornecimento.
- 20.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas ao(a) FORNECEDOR(A), determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos do(a) fornecedor(a).
- 20.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto neste Termo de Referência.

21. GARANTIA DOS MATERIAIS

- 21.1 A garantia da qualidade dos clones, através do certificado de origem, tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na ordem de fornecimento, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência da ordem de fornecimento.

22 MATRIZ DE RISCO

- 22.1 A matriz de risco está apresentada no anexo III deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 22.2 O(a) Fornecedor(a) não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da Codevasf.
- 22.3 O(a) Fornecedor(a) é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para o(a) FORNECEDOR(A).
- 22.4 Constitui peça integrante da ordem de fornecimento a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 22.5 O(a) Fornecedor(a) tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 22.6 O termo risco é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto da ordem de fornecimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução da ordem de fornecimento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Ambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 22.7 Sempre que atendidas as condições da ordem de fornecimento e mantidas suas disposições e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 22.8 O(a) Fornecedor(a) somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 22.9 Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 22.10 A referida matriz de risco é parte integrante da ordem de fornecimento, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

23 CONDIÇÕES GERAIS

- 23.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante da ordem de fornecimento a ser firmado com o(a) Fornecedor(a), independente de transições.

24 ANEXOS

- 24.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:
- Anexo I – Justificativa
 - Anexo II – Escopo de Fornecimento - Planilha de Quantidades e Preços e Especificações Técnicas
 - Anexo III – Matriz de Risco